



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

# **BOLETIM** INFORMATIVO

## COMISSÃO DE DEFESA DOS **DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Edição nº 5, Janeiro a Julho/2026



## Composição da CDDF

### **Presidente:**

Fabiana Costa Oliveira Barreto - Conselheira Nacional do Ministério Público

### **Conselheiros Integrantes:**

Karen Luise Vilanova Batista de Souza

### **Membra Auxiliar:**

Ludmilla Evelin de Faria - Promotora de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso

### **Membros Colaboradores:**

Lucas Daniel Chaves de Freitas - Procurador da República – Ministério Público Federal

Rodrigo Machado – Promotor de Justiça – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Igor Jordão Alves – Procurador da República – Ministério Público Federal

Amanda Ribeiro dos Santos – Promotora de Justiça – Ministério Público do Paraná

### **Servidores:**

Lanna Muniz Moreira Lemos – Analista jurídico

Meiry Andréa Borges David - Assessora Especial

Nelson Silva de Assis - Técnico Administrativo

Tiago de Carvalho pereira – Assessor Chefe

### **Apoio Administrativo:**

Robson Dias Messias – Funcionário Terceirizado

### **Contato**

E-mail: [direitosfundamentais@cnmp.mp.br](mailto:direitosfundamentais@cnmp.mp.br)

Telefone: (61) 3366-9272



## Sumário

|                                                                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF)</b> .....                                                                     | 4  |
| <b>Mensagem da Presidente</b> .....                                                                                                    | 4  |
| <b>Panorama do Semestre</b> .....                                                                                                      | 5  |
| <b>Atividades (janeiro a julho de 2026)</b> .....                                                                                      | 6  |
| Programa Diálogos Fundamentais .....                                                                                                   | 6  |
| CDDF articula atualização do Sistema de Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica (SCNVD) .....                                | 9  |
| CDDF integra o Grupo de Trabalho Interministerial sobre o Caso Maria da Penha .....                                                    | 10 |
| Fórum Nacional Permanente de Diálogos com o Sistema de Justiça sobre a Lei Maria da Penha (FLMP) .....                                 | 11 |
| Lançamento do curso de letramento digital para pessoas idosas, em parceria com a ESMPU .....                                           | 12 |
| Relator da ONU e CDDF discutem diretrizes de proteção aos direitos fundamentais .....                                                  | 13 |
| CDDF participa de debate sobre o enfrentamento da violência política de gênero e raça .....                                            | 14 |
| População em situação de rua .....                                                                                                     | 15 |
| Comissão participa de discussão sobre aperfeiçoamento da atuação no acolhimento familiar .....                                         | 16 |
| CDDF integra mesa de trabalho referente ao caso Dom Phillips e Bruno Pereira .....                                                     | 17 |
| Seminário Nacional sobre Fraudes Digitais contra Pessoas Idosas: Desafios e Estratégias de Atuação Institucional .....                 | 18 |
| CNMP assina acordo para a retomada de obras paralisadas nas áreas da saúde e da educação .....                                         | 19 |
| Lançamento da Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça .....                                         | 20 |
| Comissão participa de debate sobre controle da atividade policial em fórum institucional .....                                         | 21 |
| Unidade de Capacitação e CDDF realizam webinar sobre os Núcleos de Promoção da Igualdade Racial do Ministério Público brasileiro ..... | 22 |
| Webinário “Assédio Eleitoral: Atuação Integrada do Ministério Público nas Eleições 2026” .....                                         | 23 |
| CDDF organiza ciclo de diálogos sobre os 20 anos da Lei Maria da Penha .....                                                           | 24 |
| Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID) .....                                                       | 25 |
| Grupo de Trabalho (GT) de Proteção de Pessoas Idosas contra Crimes Cometidos por Meios Digitais .....                                  | 26 |
| Missões Institucionais .....                                                                                                           | 27 |
| Representação Institucional .....                                                                                                      | 29 |
| Outras Participações .....                                                                                                             | 29 |
| <b>Próximas Entregas</b> .....                                                                                                         | 31 |



## A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF)

Criada pela [Emenda Regimental nº 6 de 27 de junho de 2012](#), a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) é um espaço institucional direcionado ao desenvolvimento de estudos, estratégias e iniciativas nacionais afetas ao aprimoramento e unidade da atuação do Ministério Público (MP) na defesa dos direitos fundamentais, em coerência com as diversas previsões constitucionais e legais vigentes.

### Mensagem da Presidente

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma atuação intensa da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais na promoção de políticas públicas, no fortalecimento da atuação do Ministério Público brasileiro e na defesa dos direitos humanos.

Ao longo desse período, desenvolvemos iniciativas voltadas à proteção das mulheres, da população em situação de rua, das pessoas idosas, da igualdade racial, à localização de pessoas desaparecidas e à articulação institucional com órgãos nacionais e internacionais. Também consolidamos novos espaços de diálogo e capacitação, como o programa *Diálogos Fundamentais*, seminários, webinários e grupos de trabalho que fortaleceram a construção coletiva de soluções para desafios contemporâneos.

Este boletim reúne as principais ações realizadas entre janeiro e julho de 2026 e demonstra o compromisso permanente da CDDF com uma atuação técnica, integrada e voltada à efetivação dos direitos fundamentais.

Os resultados alcançados neste semestre também lançam as bases para importantes entregas previstas para os próximos meses, reafirmando nosso propósito de induzir boas práticas, fortalecer o Ministério Público brasileiro e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

**Fabiana Costa Oliveira Barreto**

Conselheira Nacional do Ministério Público

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais



## Panorama do Semestre

O primeiro semestre de 2026 consolidou importantes resultados da CDDF, com a produção de quatro edições do programa *Diálogos Fundamentais*, intensa agenda de reuniões e eventos, atuação em grupos de trabalho, comitês e fóruns nacionais estratégicos, realização de duas missões institucionais, celebração de um acordo nacional, fortalecimento de parcerias institucionais e preparação de seis grandes entregas para o segundo semestre.

### PANORAMA DO SEMESTRE

• Janeiro a Julho/2026 •

Atuação integrada, resultados concretos e compromisso permanente com a defesa dos **direitos fundamentais**.



Cada iniciativa fortalece o Ministério Público e transforma realidades.  
**Seguimos juntos na defesa dos direitos fundamentais!**

**CDDF** | COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS FUNDAMENTAIS



## Atividades (janeiro a julho de 2026)

### Programa Diálogos Fundamentais



O programa institucional “Diálogos Fundamentais”, iniciativa da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), consolidou-se em 2026 como um importante espaço de diálogo, reflexão e disseminação de boas práticas sobre direitos humanos. Apresentado pela presidente da Comissão, conselheira Fabiana Costa Oliveira Barreto, o projeto reúne

especialistas, membros do Ministério Público e representantes da sociedade civil para discutir temas prioritários da agenda nacional de direitos fundamentais. Os episódios são disponibilizados no canal oficial do CNMP no YouTube. Até o momento, o programa conta com quatro edições produzidas:

**Edição Especial** – Debateu o tema “Direitos Humanos: eleições, democracia e participação feminina”, reunindo a professora Flávia Piovesan e a procuradora regional da República Raquel Branquinho, em uma reflexão sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e o fortalecimento da democracia.



**Primeira edição** – Abordou “Violência Doméstica e Lei Maria da Penha”, com a participação da subprocuradora-geral da República aposentada Ela Wiecko e da promotora de Justiça Valéria Scarance, destacando os avanços e os desafios na proteção das mulheres vítimas de violência.



**Segunda edição** – Com o tema “Bem Viver: democracia, justiça racial e direitos fundamentais”, foi gravada em 3 de julho de 2026. A edição teve como anfitriãs as conselheiras Fabiana Costa e Karen Luize, e contou com a participação da promotora de Justiça Lívia Vaz e da professora Thula Pires. O programa foi lançado em 25 de julho de 2026, em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, reforçando o compromisso institucional com a promoção da igualdade racial e o enfrentamento das desigualdades estruturais.



**Terceira edição** – Gravada em 17 de julho de 2026, reúne Maria da Penha Maia Fernandes e a promotora de Justiça Joseana Pinto França para uma conversa sobre os 20 anos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), abordando os avanços alcançados e os desafios persistentes no enfrentamento à violência contra a mulher. O lançamento está previsto para 7 de agosto de 2026, em homenagem ao aniversário da legislação.



Com novas edições já em desenvolvimento, o programa **Diálogos Fundamentais** reafirma o compromisso da CDDF em fomentar debates qualificados sobre direitos humanos, democracia, igualdade, inclusão e proteção de grupos em situação de vulnerabilidade, ampliando o alcance das discussões e fortalecendo a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais.



## CDDF articula atualização do Sistema de Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica (SCNVD)



A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) coordenou, no primeiro semestre de 2026, uma intensa agenda de modernização e expansão do Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNVD). O processo incluiu uma série de reuniões do Comitê Gestor, realizadas em 20 e 26 de março, focadas no alinhamento estratégico e na conclusão da

atualização da taxonomia nacional. Esse esforço técnico culminou em uma grande reunião em 27 de março, que reuniu mais de 100 integrantes do Ministério Público para detalhar a nova estrutura de dados, visando aprimorar a coleta e a padronização das informações sobre violência contra a mulher em todo o país.

A evolução da atualização do sistema seguiu com novas etapas técnicas para apoiar a adequação das unidades ministeriais locais. Em 27 de abril, uma segunda reunião técnica virtual foi realizada para esclarecer fluxos operacionais e garantir a conformidade dos sistemas locais com as novas diretrizes do CNVD. Dando continuidade a esse ciclo, em 14 de maio, novos debates técnicos reforçaram o monitoramento da implementação e o desenvolvimento de ferramentas para a emissão simplificada de certidões, visando conferir maior agilidade e fé pública institucional aos registros de violência doméstica.

Um marco significativo da atuação da CDDF foi a integração do Cadastro às políticas públicas de assistência social e moradia. Em diálogo com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, a comissão apresentou propostas de alteração na Portaria MCID nº 738/2024. O objetivo é permitir que o CNVD sirva como meio oficial de comprovação da condição de vulnerabilidade para fins de priorização no Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa articulação, reforçada em reuniões institucionais como a ocorrida em 7 de maio, visa assegurar que os dados qualificados pelo Ministério Público fundamentem respostas estatais mais eficientes e protejam efetivamente os direitos fundamentais das mulheres.



O processo de migração para a nova versão do sistema foi concluído com sucesso e a ferramenta já se encontra disponível para utilização. As unidades ministeriais foram devidamente notificadas sobre a finalização dessa etapa e a disponibilidade do sistema para o registro de processos e casos de feminicídio, garantindo o cumprimento das diretrizes previstas na Lei Maria da Penha.

## **CDDF integra o Grupo de Trabalho Interministerial sobre o Caso Maria da Penha**

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) foi instituído no âmbito do Ministério das Mulheres para a elaboração de um estudo técnico, com perspectiva de gênero, sobre a perseguição penal no Caso Maria da Penha Maia Fernandes. Para a composição deste colegiado, a Conselheira Fabiana Costa foi designada como representante titular do Conselho Nacional do



Ministério Público (CNMP), contando com a participação da promotora de Justiça Ludmilla Evelin de Faria como suplente. Durante o primeiro semestre de 2026, o GTI realizou reuniões ordinárias voltadas ao alinhamento da metodologia de trabalho e ao início das análises técnicas.

A atuação do CNMP no grupo foca na participação ativa na elaboração de estudos referentes ao cumprimento das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), especificamente as contidas no Relatório nº 54/01. O objetivo central é que o relatório nacional resultante dos trabalhos contribua para o aprimoramento das políticas públicas e das práticas institucionais voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência de gênero no país. Nesse processo, a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) compartilha experiências em cooperação interinstitucional e no desenvolvimento de ferramentas que qualificam a resposta estatal.



Os trabalhos do GTI são desenvolvidos de forma conjunta e articulada entre diversos órgãos e instituições. Essa atuação envolve o Ministério das Mulheres, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Dessa forma, busca-se garantir que as diretrizes internacionais de direitos humanos tenham concretude nas normas e práticas do sistema de justiça brasileiro.

## **Fórum Nacional Permanente de Diálogos com o Sistema de Justiça sobre a Lei Maria da Penha (FLMP)**



O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) confirmou a manutenção de sua participação institucional no Fórum Nacional Permanente de Diálogos com o Sistema de Justiça sobre a Lei Maria da Penha (FLMP). Instituído no âmbito do Ministério das Mulheres, o fórum tem como propósito central o fortalecimento, o aprimoramento e a operacionalização de mecanismos

de prevenção, proteção e qualificação do acesso à justiça para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A iniciativa busca articular um diálogo contínuo entre os operadores do Direito para a construção de fluxos e procedimentos que garantam a efetividade da Lei nº 11.340/2006.

No primeiro semestre de 2026, a representação do CNMP no colegiado foi atualizada para assegurar a continuidade das contribuições técnicas da instituição. A promotora de Justiça Ludmilla Evelin de Faria (MPMT/CNMP) foi designada como a representante titular. Para as funções de suplentes, foram indicadas as promotoras de Justiça Mariane Nunes (MPDFT) e Thaís Tarquínio (MPDFT), consolidando uma equipe técnica voltada ao acompanhamento das ações e deliberações do Fórum.



A atuação do CNMP no FLMP, articulada por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), foca na indução de políticas que confirmem agilidade e segurança jurídica aos processos de violência de gênero. Entre as pautas prioritárias do grupo está a difusão das “Diretrizes Propostas para a Tramitação de Processos de Medidas Protetivas de Urgência”, material elaborado coletivamente para padronizar e qualificar o atendimento em todo o território nacional. Essa participação reafirma o compromisso institucional com a proteção integral da mulher e o aprimoramento do sistema de justiça brasileiro.

## **Lançamento do curso de letramento digital para pessoas idosas, em parceria com a ESMPU**

O Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) e em parceria com a ESMPU, lançou em maio de 2026 o curso de aperfeiçoamento “Letramento Digital 60+”. A iniciativa tem como foco principal promover a inclusão digital e a autonomia de pessoas idosas, capacitando-as para navegar de forma



segura e independente no ambiente virtual. Além da capacitação técnica, o projeto busca estimular o protagonismo digital desse público e incentivar a interação entre diferentes gerações.

O conteúdo programático aborda temas essenciais para o cotidiano, como o uso seguro de smartphones e aplicativos, a realização de transações eletrônicas e a proteção de dados pessoais. O curso também oferece orientações práticas para a prevenção de fraudes, golpes virtuais e a identificação de desinformação no meio digital. A coordenação pedagógica do treinamento é realizada por especialistas integrantes do grupo de trabalho de proteção à pessoa idosa da própria CDDF.

A capacitação é ministrada na modalidade de ensino a distância síncrono, com aulas ao vivo transmitidas por plataforma de videoconferência durante o mês de junho de 2026. Com a oferta de



50 vagas, o curso é destinado a membros e servidores do Ministério Público com 60 anos ou mais, além de ser aberto ao público externo interessado na temática. Esta ação integra uma estratégia maior da CDDF para enfrentar a violência patrimonial e proteger a dignidade da população idosa na era digital.

## Relator da ONU e CDDF discutem diretrizes de proteção aos direitos fundamentais



A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) realizou, em 7 de maio de 2026, uma reunião técnica com o relator especial da ONU sobre execuções sumárias, extrajudiciais e arbitrárias, Morris Tidball-Binz, e representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. O encontro teve como objetivo apresentar o papel indutor da

comissão no aperfeiçoamento de políticas voltadas ao controle da letalidade estatal e à investigação adequada de mortes potencialmente ilegais. Durante a abertura, a presidência da CDDF ressaltou o compromisso institucional com o diálogo técnico-institucional junto a mecanismos internacionais de proteção aos direitos fundamentais.

As iniciativas brasileiras receberam elogios do relator, que classificou a [Resolução CNMP nº 310/2025](#) como um modelo a ser adotado por outros países, com destaque para as diretrizes sobre a atuação de equipes periciais independentes. Tidball-Binz também conclamou o CNMP a promover internacionalmente o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid), comparando-o favoravelmente a sistemas de referência regional e destacando sua utilidade na gestão de dados nacionais. Além disso, a [Resolução CNMP nº 330/2026](#) foi elogiada por estabelecer diagnósticos estatísticos e cronogramas claros para a implementação de melhorias investigativas.



A reunião também abordou ferramentas tecnológicas, como o Canal de Combate à Violência Policial do MPDFT, que utiliza inteligência de dados para monitorar ocorrências e permitir a atuação de ofício do Ministério Público. Foram reconhecidas ainda as boas práticas do Ministério Público de Pernambuco em matéria de controle externo da atividade policial e diálogo com organizações de direitos humanos. Ao final, os representantes da ONU reforçaram o apoio à implementação das normas do CNMP e anunciaram a perspectiva de futuras colaborações, incluindo a elaboração de um guia técnico para a investigação de feminicídios.

## **CDDF participa de debate sobre o enfrentamento da violência política de gênero e raça**

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) integrou, em 13 de maio de 2026, a abertura do seminário “O Sistema de Justiça e o Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça”, realizado na sede do conselho. O encontro teve como propósito promover um debate técnico sobre o papel das instituições de justiça na proteção da democracia e dos



direitos fundamentais, com foco nos mecanismos estruturais de silenciamento e exclusão de mulheres dos espaços de decisão e poder.

Um dos principais marcos do evento foi a celebração da aprovação unânime de uma recomendação pelo Plenário do CNMP para fortalecer a atuação do Ministério Público no enfrentamento de crimes eleitorais de gênero. Durante as discussões, reforçou-se que a violência política constitui uma barreira sistêmica que atinge de forma mais severa mulheres negras e indígenas, exigindo uma resposta institucional rápida e coordenada para garantir a legitimidade e a diversidade do regime democrático.



Em sua participação, a presidência da CDDF destacou que a defesa da participação política feminina é um dever constitucional inafastável da instituição. Foi enfatizada a importância da sinergia entre o conselho e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a implementação de ações afirmativas, visando assegurar que as normas orientadoras resultem em medidas práticas de proteção e incentivo às candidaturas femininas e de grupos minorizados em todo o país.

## População em situação de rua



No primeiro semestre de 2026, a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) avançou na agenda voltada à população em situação de rua, fundamentada em uma cooperação técnica estratégica com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esta parceria, viabilizada por meio do programa Polos de Cidadania e do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em

Situação de Rua, tem como objetivo central a atualização do Guia de Atuação Ministerial para a defesa dos direitos desse grupo vulnerável. O guia original, elaborado em 2015, passa por uma revisão profunda para incorporar novas demandas jurídicas, como as diretrizes do STF na ADPF 976, e os impactos socioeconômicos da pandemia.

Um marco relevante dessa atuação foi a divulgação, em maio de 2026, dos Informes Técnicos sobre a população em situação de rua no Brasil (dados de 2025). O material reúne análises comparativas e informações estratégicas para a qualificação de políticas públicas, revelando dados críticos, como o fato de 70,58% dessa população ser composta por pessoas negras e a predominância da faixa etária entre 40 e 59 anos (46%). Esses informes subsidiam diretamente a evolução do Guia, permitindo que a atuação do Ministério Público seja pautada por evidências científicas e dados georreferenciados sobre o perfil e a distribuição territorial dessas pessoas.

A evolução da atualização do Guia foi detalhada em uma série de reuniões técnicas que organizaram o fluxo de trabalho. Em maio, sob a coordenação da promotora Ludmilla Evelin de



Faria, o grupo celebrou a retomada dos trabalhos após a renovação do acordo com a UFMG, definindo uma estrutura preliminar de 16 capítulos temáticos e a elaboração paralela de uma nota técnica sobre violações emergenciais, como higienização social e remoções forçadas. Outros encontros estratégicos ocorreram em junho, na Corregedoria Nacional, e em datas anteriores, para alinhar cronogramas e metodologias de pesquisa. O planejamento prevê a entrega do material consolidado até o segundo semestre de 2026, garantindo uma abordagem interseccional que contemple mulheres, idosos e pessoas com deficiência em situação de rua.

## **Comissão participa de discussão sobre aperfeiçoamento da atuação no acolhimento familiar**

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) integrou, em junho de 2026, as discussões do seminário "Caminhos do Cuidado", iniciativa voltada ao aperfeiçoamento da proteção de crianças e adolescentes. O encontro priorizou o debate sobre o direito à convivência familiar e a busca por soluções que evitem o afastamento desnecessário de menores de seu núcleo



original. Durante as atividades, buscou-se alinhar a atuação do Ministério Público com parâmetros técnicos que garantam a reintegração familiar e a proteção integral.

A necessidade de assegurar a escuta especializada e a participação efetiva de jovens nos processos de acolhimento foi um dos principais temas defendidos pela comissão. A presidência da CDDF destacou que a medida de acolhimento deve ser sempre excepcional e temporária, alertando que o prolongamento indevido dessa situação pode configurar uma nova violação de direitos fundamentais. Com base em dados nacionais que indicam milhares de histórias de vida atravessadas por rupturas, reforçou-se a urgência de qualificar os fluxos de atendimento.



A cooperação interinstitucional entre o sistema de justiça e gestores públicos foi apontada como fundamental para a efetividade das políticas de cuidado. O evento possibilitou o compartilhamento de boas práticas de assistência social e o fortalecimento de programas de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. Ao final, a articulação promovida reafirmou o compromisso de tratar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, colocando suas opiniões e sonhos no centro das decisões institucionais.

## **CDDF integra mesa de trabalho referente ao caso Dom Phillips e Bruno Pereira**



A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), representada por sua presidente, participou em junho de 2026 de uma cerimônia oficial em homenagem à memória do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. O evento marcou um pedido de desculpas formal do Estado brasileiro às famílias dos defensores, assassinados em 2022 no Vale do Javari, em reconhecimento aos

danos causados por discursos difamatórios proferidos na época. A solenidade reafirmou o compromisso institucional com a proteção de comunicadores, ambientalistas e povos indígenas, focando na promoção da justiça socioambiental e em garantias de não repetição de tais violações.

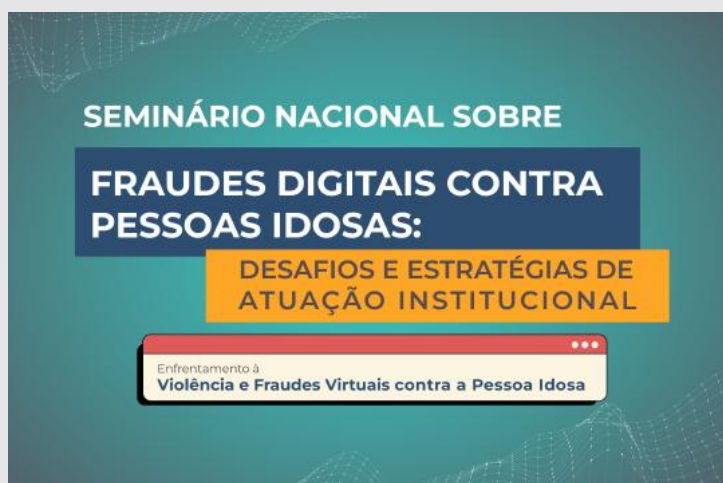
A integração da CDDF na Mesa de Trabalho Conjunta constitui um mecanismo de articulação coordenada entre o Estado brasileiro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e as organizações que solicitaram medidas cautelares. O objetivo central desse colegiado é o acompanhamento e a implementação das medidas de proteção, memória e investigação estabelecidas pela medida cautelar MC-449-22. Essa atuação busca garantir a segurança direta dos beneficiários e assegurar que o processo investigatório ocorra de forma tecnicamente consistente.



A iniciativa também contemplou o reconhecimento de trajetórias por meio de premiações jornalísticas voltadas à defesa do meio ambiente e de comunidades tradicionais, instituídas no âmbito do cumprimento das cautelares. Para a comissão, a participação nesses trabalhos é fundamental para integrar a visão institucional do Ministério Público aos esforços de reparação e às diretrizes internacionais de direitos humanos. Através dessa articulação, a CDDF reforça seu papel na indução de políticas públicas que protejam defensores de direitos fundamentais em regiões de vulnerabilidade.

## **Seminário Nacional sobre Fraudes Digitais contra Pessoas Idosas: Desafios e Estratégias de Atuação Institucional**

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) realizou, em 16 de junho de 2026, o Seminário Nacional sobre Fraudes Digitais contra a Pessoa Idosa: Desafios e Estratégias de Atuação Institucional. O evento teve como propósito fortalecer a proteção da população idosa diante do aumento de crimes cibernéticos, promovendo o debate técnico sobre prevenção,



proteção e enfrentamento de violências no ambiente digital. A iniciativa foi realizada em alinhamento ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, reforçando que o combate a fraudes é uma agenda de direitos fundamentais e de preservação da dignidade humana.

Durante as discussões, foram abordadas diversas modalidades de crimes, como fraudes bancárias, golpes em aplicativos de mensagens, empréstimos indevidos e manipulação emocional para exploração patrimonial. A presidência da CDDF ressaltou que essas práticas afetam não apenas o patrimônio, mas também a saúde emocional, a autonomia e a percepção de segurança das vítimas. No encontro, foram compartilhadas experiências como o projeto "Protege" do Ministério Público Militar, que foca na troca segura de dados e no apoio às vítimas de golpes a distância.



Um dos marcos centrais da programação foi o lançamento oficial do Curso de Letramento Digital para Pessoas Idosas, desenvolvido em parceria com a ESMPU. A capacitação visa promover a inclusão digital e a autonomia de quem tem 60 anos ou mais, oferecendo orientações práticas sobre o uso seguro de tecnologias e a identificação de desinformação. Representantes de diversos órgãos destacaram que a articulação institucional é o caminho para enfrentar a vulnerabilidade desse público e garantir um envelhecimento com qualidade e participação social.

## **CNMP assina acordo para a retomada de obras paralisadas nas áreas da saúde e da educação**



O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), representado pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), formalizou em 9 de junho de 2026 um acordo de cooperação técnica para a retomada de obras paralisadas por decisões judiciais e administrativas nas áreas de saúde e educação. A iniciativa integra uma nova fase do Programa Destrava e reúne oito

instituições parceiras, incluindo o CNJ, o TCU e os ministérios competentes, visando garantir a entrega de serviços sociais interrompidos. Durante a solenidade, a conselheira Fabiana Costa destacou que a ação reforça o compromisso do Ministério Público com a efetividade das políticas públicas e a proteção dos direitos sociais.

A execução do plano de trabalho será organizada em cinco etapas sequenciais: compartilhamento de dados, tratamento e consolidação de informações, governança, execução da estratégia e monitoramento contínuo. O acordo prevê o intercâmbio de informações estratégicas e a uniformização de entendimentos e procedimentos entre diferentes tribunais de contas e ramos do Poder Judiciário para acelerar os processos de retomada. Esta cooperação tem caráter não oneroso, sendo custeada com os recursos orçamentários próprios de cada instituição participante.



A relevância da medida é evidenciada por dados do TCU que apontam cerca de 11 mil projetos paralisados no país, dos quais aproximadamente 70% pertencem às áreas prioritárias de saúde e educação. Orçamentariamente, essas obras representam R\$ 34,7 bilhões para sua conclusão definitiva. A articulação liderada pela CDDF busca superar obstáculos jurídicos e de gestão para assegurar que as estruturas inacabadas se transformem em acesso efetivo aos direitos fundamentais da população.

## Lançamento da Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançou, em 3 de julho de 2026, a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, visando fortalecer a atuação integrada da instituição na prevenção e repressão a esses crimes. Instituída pela atuação conjunta da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), da Unidade



Nacional de Capacitação (UNCMP) e da Ouvidoria Nacional, a iniciativa consolida compromissos do Acordo de Cooperação Técnica firmado em outubro de 2025 com diversos órgãos federais. O foco central é impedir que a violência estrutural afaste mulheres, especialmente negras e indígenas, dos espaços de decisão e poder.

A estratégia busca converter as diretrizes da Recomendação CNMP nº 125/2026 em mecanismos práticos de implementação, estruturando uma Rede Nacional de Pontos Focais para apoiar os 2.637 promotores eleitorais que atuam na ponta em todo o país. Para isso, o plano prevê a articulação direta entre núcleos especializados e a atuação eleitoral, focando na celeridade das investigações, na criação de marcadores de dados específicos e no aperfeiçoamento dos fluxos de atendimento às vítimas. Segundo a presidência da CDDF, a medida garante uma resposta institucional coordenada e eficiente que vai além do letramento acadêmico.



A mobilização é fundamentada em dados críticos da Ouvidoria Nacional, que apontaram um aumento superior a 480% nas denúncias de violência política contra mulheres em 2024. Atualmente, o Brasil ocupa a 131ª posição mundial em representatividade feminina nos parlamentos e a 9ª posição em paridade de gênero na América Latina, conforme levantamento do projeto da ONU Mulheres. Diante desse cenário, a CDDF reafirma que a proteção da participação política feminina é um dever constitucional inafastável do Ministério Público para assegurar a integridade do regime democrático.

## Comissão participa de debate sobre controle da atividade policial em fórum institucional



A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) participou, em 25 de junho de 2026, do II Fórum “Estratégia Nacional de Atuação do Controle Externo da Atividade Policial”, realizado na sede do conselho. O evento teve como objetivo principal debater estratégias de integração institucional para aprimorar a fiscalização da atividade policial,

reunindo membros do Ministério Público, forças de segurança, peritos e representantes de organismos internacionais para a construção de soluções conjuntas baseadas em evidências científicas.

Durante a abertura, a presidência da CDDF ressaltou a relevância da interlocução com organismos e cortes internacionais para adequar parâmetros globais à realidade das dimensões brasileiras. Defendeu-se uma atuação equilibrada, pautada pelo estrito cumprimento da legalidade, garantindo que o controle externo funcione como um instrumento democrático de fortalecimento das instituições e de proteção aos direitos fundamentais, evitando que a atividade policial sofra ataques injustos.



O debate também destacou o papel de normas recentes, como as Resoluções nº 310/2025 e nº 328/2026, que disciplinam a investigação de crimes em contextos de intervenção estatal e regulam o funcionamento de laboratórios forenses e centrais de custódia. Reforçou-se que a integração entre as instituições de persecução penal e o uso de alta tecnologia são essenciais para conferir agilidade, transparência e efetividade à segurança pública, assegurando a integridade das provas e o respeito à dignidade humana.

## **Unidade de Capacitação e CDDF realizam webinar sobre os Núcleos de Promoção da Igualdade Racial do Ministério Público brasileiro**



A Unidade Nacional de Capacitação (UNCMP) e a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) realizaram, em 2 de julho de 2026, um webinar para celebrar os dez anos da Recomendação CNMP nº 40/2016. O evento teve como objetivo promover o diálogo institucional e o compartilhamento de experiências sobre a atuação do Ministério Público

na promoção da igualdade étnico-racial e no enfrentamento do racismo, destacando a importância da criação de órgãos especializados em cada unidade ministerial.

Durante o encontro, foi apresentado um diagnóstico nacional que evidenciou o fortalecimento institucional da pauta: das 22 unidades que responderam ao levantamento, 20 possuem estruturas formais de promoção da igualdade racial (90,9%). O estudo ressaltou que a formalização desses núcleos é fundamental para assegurar a continuidade das ações, a estabilidade das equipes e a destinação de orçamento específico. Além disso, constatou-se que aproximadamente 70% das unidades respondentes já desenvolvem ações voltadas ao combate à intolerância religiosa.



O webinar também destacou iniciativas práticas de sucesso, como os projetos Afrotecas (MPPA), Municípios Antirracistas (MPPR), Projeto Tenório (MPMG) e o Protocolo Antirracista nas Escolas (MPDFT). A presidência da CDDF enfatizou que esses núcleos transcendem a estrutura administrativa, representando um compromisso ético e histórico com a transformação social, permitindo uma escuta qualificada e uma atuação técnica permanente contra a discriminação racial no Brasil.

## **Webinário “Assédio Eleitoral: Atuação Integrada do Ministério Público nas Eleições 2026”**

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) e a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP), em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), realizarão em 17 de agosto de 2026 o webinar “Assédio Eleitoral: Atuação Integrada do Ministério Público nas Eleições 2026”. O evento, que será sediado em Brasília com transmissão ao



vivo pelo YouTube, foca na proteção da liberdade de voto diante de novos desafios tecnológicos e práticas de assédio. A iniciativa busca promover um debate qualificado e fortalecer a articulação entre os diversos ramos do Ministério Público e a Justiça Eleitoral.

A programação abordará temas técnicos como a produção, preservação e compartilhamento de provas digitais, além dos impactos da inteligência artificial e das plataformas digitais no processo eleitoral. O encontro também servirá para apresentar resultados das ações desenvolvidas desde a Recomendação CNMP nº 110/2024, que estabeleceu diretrizes para a atuação coordenada na prevenção e repressão a práticas que atentem contra a liberdade de escolha do eleitorado. O objetivo é garantir que o intercâmbio de experiências amplie a efetividade institucional no combate à desinformação e aos ilícitos eleitorais.



O webinar contará com a abertura dos conselheiros Fabiana Costa e José de Lima Ramos Pereira, além de palestras de especialistas do MPT, do Ministério Público Federal e do GNACE. Esta ação faz parte de um conjunto maior de iniciativas do CNMP, como a campanha nacional "Assédio Eleitoral: Proteja sua liberdade de escolha" e o Protocolo de Intenções nº 4/2024, voltados à capacitação e integração para a responsabilização de autores de coação eleitoral. A meta central é assegurar que o eleitorado participe da vida política sem medo, intimidação ou silenciamento.

## CDDF organiza ciclo de diálogos sobre os 20 anos da Lei Maria da Penha



A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) está coordenando o planejamento e a organização do Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha, que ocorrerá entre os dias 12 e 14 de agosto de 2026, na sede do CNMP, em Brasília. O evento celebra o vigésimo aniversário da Lei nº 11.340/2006 e cumpre a diretriz da Recomendação CNMP nº 89/2022, que instituiu a realização anual da

semana de diálogos em todos os ramos do Ministério Público. O planejamento estratégico da iniciativa foi consolidado ao longo do primeiro semestre, incluindo reuniões preparatórias e o alinhamento de pautas técnicas, como o encontro realizado em 7 de maio entre a CDDF e o Ministério das Mulheres para discutir políticas de enfrentamento à violência de gênero.

A articulação com instituições parceiras tem sido um pilar central para a viabilização do evento, reunindo esforços do Ministério Público, do Poder Executivo (especialmente o Ministério das Mulheres) e do Fórum Nacional Permanente de Diálogos com o Sistema de Justiça (FLMP). Esse diálogo intersetorial permitiu a construção de uma programação técnica e diversificada, composta por palestras, painéis temáticos e oficinas práticas. Os debates focarão na efetividade das medidas protetivas de urgência, na integração das políticas públicas de proteção integral e no aperfeiçoamento da atuação ministerial no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.



Com o cronograma definido, o CNMP anunciou a abertura das inscrições, que podem ser realizadas pelo sistema oficial de eventos da instituição até o dia 12 de agosto. A iniciativa foi amplamente divulgada em fóruns técnicos, como na reunião do Grupo de Trabalho Interministerial do Caso Maria da Penha em 16 de julho, onde os integrantes foram convidados a participar das discussões em Brasília. Ao promover essa reflexão institucional, a CDDF reafirma seu compromisso com a indução de práticas que garantam agilidade processual e segurança jurídica para as mulheres em situação de vulnerabilidade.

## **Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID)**

No primeiro semestre de 2026, a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) acompanhou as atividades do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID), participando de reuniões de alinhamento e de reuniões técnicas voltadas ao acompanhamento das ações relacionadas ao Sistema. Nesse período,



também foram iniciadas as tratativas para a realização do Encontro Nacional do SINALID, previsto para ocorrer em novembro de 2026, no âmbito do Circuito CNMP, buscando reunir representantes dos Ministérios Públicos para discutir o fortalecimento da política institucional voltada às pessoas desaparecidas.

Como principal resultado do semestre, o Comitê Gestor deliberou, em maio de 2026, pela realização de um diagnóstico nacional sobre o estágio de desenvolvimento do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID/SINALID) nos Ministérios Públicos brasileiros. O levantamento, conduzido por meio de formulário encaminhado às unidades ministeriais, tem como objetivo mapear a estrutura existente, identificar desafios e subsidiar o planejamento das próximas



ações do Comitê Gestor e da CDDF voltadas ao fortalecimento da política nacional de localização e identificação de pessoas desaparecidas.

## **Grupo de Trabalho (GT) de Proteção de Pessoas Idosas contra Crimes Cometidos por Meios Digitais**

Instituído pela Portaria CNMP-PRESI nº 235/2025, o Grupo de Trabalho (GT) de Proteção de Pessoas Idosas contra Crimes Cometidos por Meios Digitais intensificou sua agenda técnica no primeiro semestre de 2026 para viabilizar estratégias de letramento digital e o enfrentamento à violência financeira. Sob a coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), o grupo pautou suas atividades na construção de mecanismos preventivos e na articulação interinstitucional para proteger a dignidade e a autonomia tecnológica da população idosa.



A agenda de reuniões técnicas detalha os marcos evolutivos do grupo, sendo que, em fevereiro, o GT reafirmou a educação digital como sua diretriz estratégica central e deliberou sobre a adaptação de um curso de capacitação junto à ESMPU para o formato modular, visando maior adequação pedagógica. Foi definido que o público-alvo prioritário seria externo (idosos e conselheiros).

No mês seguinte, os membros avançaram no planejamento do seminário nacional, definindo o tema central como “Violência digital e segurança digital da pessoa idosa”. Ficou decidido que a campanha preventiva de comunicação poderia ser iniciada de forma independente do curso, e foram estruturadas as mesas temáticas envolvendo especialistas em tecnologia e segurança pública.

Em abril, ocorreu uma reunião virtual com a Secretaria de Comunicação Social (SECOM/CNMP) para alinhar a identidade visual e as peças de divulgação do curso. A SECOM comprometeu-se a desenvolver materiais com linguagem simples e acessível, focando na autonomia digital, enquanto



o GT sugeriu a reserva de vagas para membros de conselhos de idosos e multiplicadores da área da educação.

No dia 16 de junho, foi realizado o evento “Enfrentamento à Violência e Fraudes Virtuais contra a Pessoa Idosa: Desafios e Estratégias de Atuação Institucional”. O encontro reuniu especialistas e membros do Ministério Público para debater formas de prevenção e repressão a crimes cibernéticos que vitimam a população idosa.

Durante o seminário, foi lançado oficialmente o Curso de Letramento Digital para Pessoas Idosas, desenvolvido em parceria com a ESMPU. As aulas ocorreram na modalidade a distância entre os dias 15 e 30 de junho, abordando o uso seguro de tecnologias, proteção de dados e identificação de desinformação.

Além dessas datas, o GT realizou importantes articulações em 2025 (setembro e outubro), incluindo parcerias com a ONG SaferNet e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI) para o desenvolvimento de cartilhas educativas. Como visto, todo esse esforço técnico culminou na realização do Seminário Nacional sobre Fraudes Digitais contra a Pessoa Idosa, em 16 de junho de 2026, marco que celebrou o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa com o lançamento oficial do Curso de Letramento Digital.

## Missões Institucionais

No primeiro semestre de 2026, a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) realizou missões institucionais estratégicas para fortalecer a integração com as unidades estaduais do Ministério Público:

### **Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO)**

No dia 3 de junho de 2026, a conselheira Fabiana Costa realizou uma visita institucional à sede do Ministério Público do Estado



do Tocantins (MPTO), em Palmas. A agenda estratégica ocorreu paralelamente à 152ª reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais (CNCGMPEU) e visou fortalecer a atuação articulada entre o CNMP e o órgão estadual em pautas de promoção e proteção dos direitos humanos. Durante a missão, foram conduzidas reuniões técnicas com a Procuradoria-Geral de Justiça e com o Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (**CAOCCID**) para alinhar fluxos de trabalho e cooperação institucional.



### **Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE)**

Entre os dias 15 e 17 de julho de 2026, a CDDF cumpriu uma missão de intercâmbio institucional no Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), em Fortaleza. O itinerário incluiu agendas no Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, na Corregedoria-Geral e no Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania (Caocidadania), proporcionando o compartilhamento de boas práticas e projetos

desenvolvidos na defesa de grupos vulnerabilizados. Como parte da agenda de comunicação social, a conselheira Fabiana Costa participou do programa "Debate Público" na Rádio MPCE (Universitária FM), onde abordou o papel do CNMP e as iniciativas da comissão voltadas à garantia de direitos fundamentais.

A missão em solo cearense culminou com a gravação da 3ª edição do programa "Diálogos Fundamentais", no dia 17 de julho, utilizando a estrutura do Núcleo de Audiovisual do MPCE. O episódio, intitulado "Maria da Penha — Memória, Justiça e Futuro", contou com a presença histórica de Maria da Penha Maia Fernandes e da procuradora de Justiça Joseana França Pinto. O debate focou na trajetória da ativista e no fortalecimento institucional proporcionado pelos 20 anos da Lei Maria da Penha, consolidando o diálogo técnico e a cooperação entre o Conselho Nacional e o Ministério Público cearense.



## Representação Institucional



A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) tem marcado presença em eventos estratégicos para o fortalecimento do sistema de justiça e a proteção dos direitos humanos.

Um dos destaques foi a participação da CDDF no Seminário Nacional "20 anos da Lei Maria da Penha: conquistas e desafios na implementação das políticas de

enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas", sediado na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) entre os dias 9 e 12 de junho de 2026. O evento teve como propósito central realizar um balanço crítico e uma análise integrada de estudos sobre a aplicação da Lei nº 11.340/2006, abordando as interseções de desigualdades que marcaram a legislação ao longo de duas décadas.

Representando a presidente da comissão, conselheira Fabiana Costa, a promotora de Justiça e membra auxiliar Ludmilla Evelin de Faria integrou as atividades do seminário, que serviu como ambiente de validação científica para diagnósticos sobre o enfrentamento à violência de gênero no Brasil. Além da agenda acadêmica, a missão incluiu a participação na reunião ordinária do Fórum Nacional Permanente de Diálogos com o Sistema de Justiça sobre a Lei Maria da Penha (FLMP), realizada presencialmente no campus de Ribeirão Preto no dia 10 de junho. Essa atuação coordenada reforça o compromisso da CDDF com o aprimoramento contínuo dos fluxos de atendimento e proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade.

## Outras Participações

Ao longo do primeiro semestre de 2026, a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) expandiu sua representação institucional em fóruns de relevância estratégica, consolidando parcerias para o fortalecimento do sistema de justiça e a proteção de grupos vulnerabilizados:



- **Casa da Mulher Brasileira** (Março e Abril): A CDDF desempenhou papel central no processo de revisão e validação das Novas Diretrizes Gerais da Casa da Mulher Brasileira, participando de encontros nacionais e oficinas técnicas promovidas pelo Ministério das Mulheres e ONU Mulheres. Representada pela membra auxiliar Ludmilla Evelin de Faria, a Comissão contribuiu para a sistematização de fluxos de atendimento integrado, padronização de protocolos e definição de governança, com foco na qualificação do serviço prestado pelas promotorias especializadas e na garantia da continuidade do atendimento às vítimas.
- **Protocolo de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres (25/03)**: A CDDF atuou como signatária estratégica no lançamento do Protocolo de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres, documento que estabelece fluxos específicos para receber, notificar e acompanhar denúncias. A participação da Comissão assegurou a definição de procedimentos para que as autoridades do sistema de justiça priorizem o imediato exercício do direito de participação política violado, conferindo celeridade à responsabilização dos autores.
- **GNDH e COPEVID (11/05)**: Presença da CDDF na mesa de abertura e nas reuniões técnicas do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica (COPEVID), reforçando a articulação nacional do Ministério Público na temática de gênero.
- **Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH (Junho)**: Representação técnica da CDDF, por meio da Dra. Ludmilla Evelin de Faria e do Dr. Lucas Daniel Chaves de Freitas, na 3ª edição do curso internacional sobre o cumprimento de sentenças da Corte IDH, focando na interlocução institucional para a implementação de políticas públicas decorrentes de decisões internacionais.
- **Encontro Nacional de Parlamentares Municipais e Estaduais do Brasil – Mais Mulheres, Mais Direitos (29 e 30/06)**: Atuação direta da conselheira Fabiana Costa na Mesa 5, cuja temática foi dedicada ao enfrentamento à violência política contra as mulheres,



onde destacou os obstáculos estruturais que impedem a participação plena de mulheres nos espaços de poder.

- **Pacto Nacional Brasil Contra o Femicídio (30/06):** Participação da CDDF na cerimônia de adesão formal ao Pacto Nacional Brasil Contra o Femicídio, iniciativa que visa unificar as respostas institucionais e preventivas à violência letal de gênero em todo o país.
- **Estratégia Nacional de Enfrentamento (03/07):** Lançamento oficial da Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, iniciativa liderada pela CDDF em conjunto com a UNCMP e Ouvidoria Nacional. A ação unifica mecanismos de atuação para os **2.637 promotores eleitorais** do país, focando na celeridade das investigações e no acolhimento qualificado das vítimas para as Eleições 2026.

## Próximas Entregas

As ações desenvolvidas no primeiro semestre criaram as bases para importantes iniciativas que serão executadas pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais ao longo do segundo semestre de 2026. Entre os principais destaques da agenda institucional estão:

- Realização do Ciclo de Diálogos – 20 anos da Lei Maria da Penha (12 a 14 de agosto), reunindo representantes do Ministério Público, do Sistema de Justiça, da academia e da sociedade civil para debater os avanços e desafios da proteção dos direitos das mulheres.
- Lançamento do Protocolo para Atuação do Ministério Público com Perspectiva de Gênero;
- Continuidade das ações do Agosto Lilás, com atividades voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e à promoção da igualdade de gênero.
- Seminário "Violência Doméstica e Mídia" (24 de setembro), destinado ao debate sobre o papel da comunicação na prevenção da violência de gênero.



- Lançamento do Guia de Atuação Ministerial para a População em Situação de Rua (30 de setembro), documento orientador para fortalecer a atuação do Ministério Público na garantia dos direitos dessa população.
- Encontro Nacional do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID) (9 a 13 de novembro), voltado ao alinhamento das unidades do Ministério Público e ao fortalecimento da política nacional de localização de pessoas desaparecidas.
- Programação alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro), encerrando a agenda anual da CDDF com ações voltadas à promoção, proteção e difusão dos direitos fundamentais.

